

O LEGADO DOS



DO CONSELHO REGIONAL DE
ECONOMIA DO AMAZONAS
(CORECON-AM)

e sua perspectiva para o futuro

Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)

O LEGADO DOS



DO CONSELHO REGIONAL DE
ECONOMIA DO AMAZONAS
(CORECON-AM)

e sua perspectiva para o futuro

Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)


Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O legado dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM) e sua perspectiva para o futuro

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L496 O legado dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM) e sua perspectiva para o futuro / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-310-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.108212107>

1. Economia. 2. Educação financeira. 3. Crescimento econômico. I. Silva, Michele Lins Aracaty e (Organizadora). II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O PROFISSIONAL ECONOMISTA DO PRESENTE E DO FUTURO

De acordo com o Guia de Orientação Profissional da Profissão do Economista, disponível na página do Conselho Federal de Economia (COFECON), a profissão de economista é uma das mais importantes para um país. Decisões econômicas podem solucionar ou potencializar problemas sociais, e, portanto, é preciso que a formação dos economistas seja qualificada. Além disso, é necessário que o exercício da profissão seja fiscalizado com o intuito de proteger a sociedade de profissionais que não estejam aptos a exercê-la.

É importante destacar que, para exercer legalmente a profissão de economista, é necessária a inscrição no Conselho Regional do seu estado, o Corecon. A determinação está prevista na Lei nº 1.411/1951, que dispõe sobre a profissão de economista, em seu art. 14: “Só poderão exercer a profissão de Economista os profissionais devidamente registrados nos Corecon’s pelos quais será expedida a carteira profissional”, e parágrafo único: “Serão também registrados no mesmo órgão as empresas, entidades e os escritórios que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas de Economia e Finanças”.

Dado o período da regulamentação profissional que data de 1951, neste ano de 2021 os profissionais de economia comemoram 70 anos de atuação. Neste mesmo ano, o Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM), comemora o seu jubileu, e é com muita alegria que comemoramos 50 anos de atividade profissional no Amazonas.

O Conselho Regional de Economia do Amazonas CORECON-AM (13ª Região), foi criado pela Resolução nº 550 de 11 de novembro de 1971, do Conselho Federal de Economia (COFECON) e instalado em 19 de junho de 1972, com sede em Manaus e jurisdição em todo o Estado do Amazonas. Constitui dessa forma, uma Autarquia Federal fiscalizadora da profissão de economista, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, pertencente ao sistema CORECON/COFECON (Regimento Interno, Art. 1º).

Quanto à sua constituição, destacamos:

I – do Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado, no mínimo por 09 (nove) Conselheiros, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com disposições legais e regulamentação baixada pelo Conselho Federal de Economia – COFECON (Art. 5º e § 4º do art. 6º da Lei n 6.537/78).

II – da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços administrativos, criados pelo próprio órgão em razão de suas finalidades legais, necessidades de serviços e disponibilidade de meios.

III – das Comissões, Órgãos Colegiado específicos, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente, conforme disposto no Capítulo XI do Regimento Interno.

Ao longo destes 50 anos de atuação o Conselho Regional de Economia do Amazonas

(CORECON-AM) promoveu, sediou e organizou inúmeros eventos da área, semanas acadêmicas, o Congresso Brasileiro de Economia (CBE), no ano de 2013 e as edições do Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal (ENAM).

Desde 1972, economistas renomados contribuíram para o fortalecimento profissional dando sua contribuição à frente da Autarquia, com destaque para:

Mandato(s) – Ano(s)	Presidente	Vice-presidente
1972	Hugo Mário Tavares - 12.6.1972 a 31.12.1972	A José Marcelo de Castro
1973	José Luiz da Costa Brito - 01.01.1973 a 31.05.1973 Lídia Loureiro da Cruz - 01.06.1973 a 31.12.1973	Lídia Loureiro da Cruz
1974	Hugo Mário Tavares - 01.01.1974 a 15.06.1974 José Marcelo de Castro Lima - 16.06.1974 a 31.12.1974	Lídia Loureiro da Cruz
1975	Waldilson Rodrigues da Cruz	José Maria Pinto
1976	Waldilson Rodrigues da Cruz	Aldimar Sampaio
1977	Waldilson Rodrigues da Cruz	Aldimar Sampaio
1978	Waldilson Rodrigues da Cruz	Aldimar Sampaio
1979	Waldilson Rodrigues da Cruz	Aldimar Sampaio
1980	Aldimar Marinho Sampaio	José Marcelo de Castro
1981	Aldimar Marinho Sampaio	José Marcelo de Castro
1982	Raimar da Silva Aguiar	Francisco Renato de Aguiar
1983	Raimar da Silva Aguiar	José Augusto de Almeida
1984	Serafim Fernandes Correia	Vera Moura Bananeira
1985	José Carlos Reston	Juacy Carvalho Botelho
1986	Admilton Pinheiro Salazar	Juacy Carvalho Botelho
1987	Juacy Carvalho Botelho	
1988	Juacy Carvalho Botelho	
1989	Marco Antônio de Marins Rezende	Suely Ester Carvalho

1990	José Matias Neto	Fernando Santos Folhadela
1991	Antônio Ivaldo Bezerra da Silva	Maurício Aucar Seffair
1992	Maurício Aucar Seffair	José Ricardo Wendling
1993	José Ricardo Wendling	Maurício Aucar Seffair
1994	Jefferson Praia Bezerra	Maria Celeste Lima Matos
1995	Jefferson Praia Bezerra	Juacy Carvalho Botelho
1996	Antônio Ivaldo Bezerra da Silva	Terezinha de Jesus D'Avilla
1997	Antônio Ivaldo Bezerra da Silva	Terezinha de Jesus D'Avilla
1998	Maurício Aucar Seffair	José Ricardo Wendling
1999	José Ricardo Wendling	Simone do Socorro Paula da Silva
2000	Ivens de Brito Araújo	Simone do Socorro Paula da Silva
2001	Juacy Carvalho Botelho	Maria do Socorro Corrêa da Silva
2002	Juacy Carvalho Botelho - 01.01.2002 a 05.06.2002 Maria do Socorro Corrêa da Silva - 06.06.2002 a 31.12.2002	Maria do Socorro Corrêa da Silva
2003	Maria do Socorro Corrêa da Silva	Denise Kassama Franco do Amaral
2004	Antônio Ivaldo Bezerra da Silva	Manoel Iris Teles de Andrade
2005	Antônio Ivaldo Bezerra da Silva	Martinho Luís Gonçalves Azevedo
2006	Martinho Luís Gonçalves Azevedo	Denise Kassama Franco do Amaral
2007	Martinho Luís Gonçalves Azevedo	Sylvio Mário Puga Ferreira
2008	Sylvio Mário Puga Ferreira	Erivaldo Lopes do Vale
2009	Erivaldo Lopes do Vale	Arlene Gomes de Sousa
2010	Erivaldo Lopes do Vale	Edson Nogueira Fernandes Junior
2011	Erivaldo Lopes do Vale	Ailson Nogueira Resende
2012	Ailson Nogueira Rezende	Francisco de Assis Mourão Júnior

2013	Marcus Anselmo da Cunha Evangelista	Nelson Azevedo dos Santos
2014	Marcus Anselmo da Cunha Evangelista	Nelson Azevedo dos santos
2015	Marcus Anselmo da Cunha Evangelista	Nelson Azevedo dos Santos
2016	Nelson Azevedo dos Santos	José Guilherme Fonseca de Azevedo
2017	Nelson Azevedo dos Santos	Stony Binda Figueiredo
2018	Francisco de Assis Mourão Junior	Nilson Tavares Pimentel
2019	Francisco de Assis Mourão Junior	Martinho Luís Gonçalves Azevedo
2020	Francisco de Assis Mourão Junior	José Altamir Barroso Cordeiro
2021	Martinho Luís Gonçalves Azevedo	Michele Lins Aracaty e Silva

Através da pessoa da atual vice-presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON), a economista Denise Kassama Franco do Amaral agradecemos imensamente a dedicação de todos que atuaram na gestão do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM) ao longo destes 50 anos e que contribuíram para o fortalecimento profissional da Autarquia.

A gestão de 2021 composta pelo presidente: Martinho Luís Goncalves Azevedo, vice-presidente, Michele Lins Aracaty e Silva e conselheiros: Arlene Gomes de Sousa, Francisco de Assis Mourão Junior, José Guilherme Fonseca de Azevedo, Lena Andrea Lima Muniz, Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto, Marcus Anselmo da Cunha Evangelista, Nelson Azevedo dos Santos e Nilson Tavares Pimentel bem como os suplentes: Amanda Carla Torres Nascimento Evangelista, Anderson Barroso Grimm, Igo Vianna Magalhães Silva, Nilson Silva da Cunha, Otniel Tavares Monteiro, Pedro de Faria e Cunha Monteiro e Waldeney de Castro Travasso bem como pelos colaboradores: Albertina Santana, Luiz Cesar T. da Silveira, Eden Monteiro Progenio, Maria Cristina Wendling, Carla Ferreira Mendes e Steffanie Schmidt apresenta este e-book como parte das comemorações do jubileu do CORECON-AM.

Assim, esse e-book tem como objetivo principal apresentar as ideias e percepções dos economistas, escritores, consultores e professores que foram convidados a se debruçarem sobre temas que focam nos 50 anos de contribuição do profissional economista no Amazonas e a pensar os aspectos profissionais para os próximos anos.

Temos a honra de apresentar os trabalhos dos seguintes economistas convidados: Arlene Gomes de Sousa, Fábio Alex Gomes dos Santos, Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto, Marcelo Souza Pereira, Max Fortunato Cohen, Michele Lins Aracaty e Silva e Osiris Messias Araújo da Silva.

Chegamos aos 50 anos, e como será o futuro, o que esperar do profissional economista do futuro?

Apesar dos avanços da inteligência artificial, o futuro continua incerto. Ser economista é isso, lidar com a incerteza, com o intelecto, com o abstrato ou mesmo com aquilo que nem sempre parece óbvio, tendo sempre como base argumentos em dados oriundos de inúmeras fontes e com inúmeras subjetividades.

Contudo, tudo o que é rodeado de subjetividade requer zelo, requer estudo e por vezes muita responsabilidade. Já dizia o ditado: um médico mal preparado pode deixar de salvar muitas vidas. Um economista mal preparado pode “condená-las” mesmo em vida.

Um economista busca respostas diariamente, por vezes erra, de vez em quando acerta, mas na maioria das vezes estão muito próximos da resposta certa e isso é o mais importante no que tange à tomada de decisões. Além disso, andar no sentido certo é o que nos leva a estar mais próximo do acerto do que do erro.

E o que esperar do futuro? O que sabemos acerca do futuro é que a profissão do economista requer novas teorias e práticas, principalmente em função da aceleração das mudanças provocadas pela pandemia e pelas tecnologias. Tais mudanças, nos impõem a necessidade de revisão dos modelos teóricos e práticos alusivos à formação profissional.

A Pandemia de Covid-19 lançou luz sobre a retração dos mercados globais, nacionais e locais, sobre o desemprego e elevou o nível de incerteza social colocando em pauta a urgência de revisão dos métodos e conteúdos que compõem a base de formação do profissional economista.

Ainda não sabemos como será o mundo pós-pandemia, mas temos a absoluta certeza de que a maior emergência sanitária do século XXI provocará ao profissional economista uma avaliação mais crítica em busca de soluções para os emergentes anseios da sociedade e uma retomada do papel da economia do bem-estar.

Precisamos olhar para o caos da pandemia e aproveitar a oportunidade para remodelar as economias de forma a implementar um capitalismo com características mais abrangentes e sustentáveis com foco na capacidade de solucionar problemas.

No futuro, o economista focará sua atenção e análise para a economia solidária e comportamental ou mesmo para a área ambiental ou a neurociência. Salientamos que as suas formações educacionais em meio à era digital movidas pelas aulas virtuais provocarão uma revolução e transformarão o economista num profissional de visão generalista, com competências para fazer leitura, análise e diagnósticos de contextos da realidade e da história, do presente e do futuro.

Em se tratando da Indústria 4.0 e em relação às profissões do futuro, o que sabemos é que as previsões nos trazem a constante necessidade de adaptação. A ampla formação do economista possibilita a este profissional atuar em áreas como: detetive de dados, coach financeiro, gestor de inovação, estatístico e gestor de meio ambiente, que estão entre as dez áreas de atuação do futuro.

No entanto, para que este profissional possa atuar nesse novo mercado este deverá sempre se atentar para o seu nível de educacional, sua experiência no mercado, sua flexibilidade para assumir novas funções, adquirir novas habilidades e comportamentos, um incansável interesse em aprender, uma visão estratégica, uma relevante capacidade de inovação, dominar novas tecnologias e softwares utilizados na área, conhecimento dos processos, conhecimento das técnicas e procedimentos inerentes à profissão, estar sempre

se atualizando acerca das últimas pesquisas e estudos acadêmicos, ter conhecimento e compreensão da legislação e novas regulamentações ligadas às atividades, aprendizagem de idiomas, uma excelente comunicação e muita iniciativa.

Ou seja, o novo economista ou economista 4.0 precisa aprender a aprender e ser flexível às inovações, mudanças constantes e quebra de paradigmas.

O Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM), formado pelo profissional economista também será objeto de mudança e adaptação, uma vez que a Autarquia é moldada pelos gestores e pelos conselheiros em atuação e reflete as mudanças do mercado.

Martinho Luís Gonçalves Azevedo

Presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM)

Gestão 2021

Michele Lins Aracaty e Silva

Vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM)

Gestão 2021

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **O LEGADO DOS 50 ANOS DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO AMAZONAS (CORECON-AM) E SUA PERSPECTIVA PARA O FUTURO**, composta por cinco trabalhos desenvolvidos por economistas, pesquisadores, professores e escritores convidados.

Todos os artigos que compõem este livro foram escritos por seus autores com o intuito de cristalizar o legado dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON), apresentarem a sua ideia de como será o futuro e a relevante contribuição do profissional economista para o desenvolvimento regional bem como para a economia do Estado do Amazonas.

Os textos aqui apresentados seguiram uma estrutura completa, contendo: Resumo, Introdução, Revisão de Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultado, Conclusão, Recomendações e Referências que foram utilizadas para a construção do texto.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

No primeiro capítulo, que tem como título: O Economista 4.0 e sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional, o economista Max Fortunato Cohen aborda a pouca oferta de vagas de trabalho para economistas e apresenta novas possibilidades de atuação de mercado para esses profissionais. Destacamos que o trabalho apresentado pelo autor, fez uso da ferramenta de busca do LinkedIn como foco para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado: A Educação como Fator de Desenvolvimento Regional: Considerações sobre a Região Norte do Brasil, os economistas Michele Lins Aracaty e Silva e Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto se debruçaram em discutir a relevância da educação como fator imprescindível para o desenvolvimento regional tendo como objeto de análise os indicadores socioeconômicos e educacionais da Região Norte do Brasil.

Já no terceiro capítulo, intitulado: A Educação Financeira como Ferramenta de Mobilidade Social, a economista Arlene Gomes de Sousa e o consultor de negócios Fábio Alex Gomes dos Santos, abordaram a discussão acerca da Educação Financeira alinhada a psicologia econômica e como esta pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico do país, ao ser aplicada nas pessoas.

No capítulo seguinte, intitulado: Rota da Biodiversidade: Alternativas para o Crescimento Econômico do Amazonas, o economista Osíris Messias Araújo da Silva apresenta o seu artigo com o objetivo de investigar e propor diretrizes para o planejamento governamental em relação à incorporação do complexo da bioeconomia e seus derivativos como vetor de diversificação e ampliação dos macro objetivos econômicos da Zona Franca de Manaus, enquanto modelo voltado à promoção do desenvolvimento econômico e social do Amazonas e da Amazônia Ocidental.

E finalmente, no último capítulo, intitulado: O Objetivo Lógico de Extrafiscalidade

da Zona Franca de Manaus, o economista Marcelo Souza Pereira apresenta as suas considerações acerca dos aspectos extrafiscais da Zona Franca de Manaus uma vez que esta tem convivido de forma resiliente com vulnerabilidades e/ou intervenções que causam fragilidades aos investimentos produtivos realizados na Amazônia e põe em risco o mais importante programa de desenvolvimento regional.

Este e-book além de ser parte das comemorações dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM) terá o seu acesso livre para pesquisas e leituras de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para o crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão sobre os textos aqui apresentados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2021.

"A Riqueza de uma Nação se Mede pela Riqueza do Povo e não pela Riqueza dos Príncipes"

Adam Smith

(1723-1790)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ECONOMISTA 4.0 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Max Fortunato Cohen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1082121071	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1082121072	
CAPÍTULO 3	30
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE MOBILIDADE SOCIAL	
Arlene Gomes de Sousa	
Fábio Alex Gomes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1082121073	
CAPÍTULO 4	47
ROTA DA BIODIVERSIDADE: ALTERNATIVAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO AMAZONAS	
Osiris Messias Araújo da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1082121074	
CAPÍTULO 5	58
O OBJETIVO LÓGICO DE EXTRAFISCALIDADE DA ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcelo Souza Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1082121075	
SOBRE OS AUTORES	75
SOBRE A ORGANIZADORA	77

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO NORTE DO BRASIL

Data de aceite: 19/05/2021

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

RESUMO: O tema que norteia este artigo relaciona educação e desenvolvimento regional na Região Norte do Brasil. Região esta que apesar de apresentar nas últimas décadas significativa melhora nos indicadores socioeconômicos e educacionais ainda encontra-se numa situação muito inferior se comparada aos indicadores das demais regiões brasileiras. Para tanto, temos como objetivo central deste estudo discutir a importância da educação como fator para o desenvolvimento regional com foco na Região Norte utilizando como base os indicadores socioeconômicos e educacionais. Metodologicamente, este texto foi construído com base em pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com fontes secundárias de origem bibliográfica e documental e com o uso de análise de conteúdo. Reforçamos com este estudo, a afirmativa de que a educação empodera o indivíduo, possibilita o progresso tecnológico, uma produção mais eficaz, aperfeiçoa e qualifica cientificamente a mão de obra preparando-a para suprir a exigência do mercado de trabalho elevando os ganhos financeiros individuais e regionais. Por fim, reforçamos a necessidade de intensificar os indicadores educacionais da Região Norte do Brasil para que possamos lograr êxito no processo de desenvolvimento regional e local.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores Socioeconômicos e Educacionais. Desenvolvimento Regional. Região Norte

INTRODUÇÃO

Quem acompanha a trajetória socioeconômica e educacional do Brasil sabe que em relação à questão social e econômica já presenciamos momentos favoráveis e desfavoráveis, subidas e descidas, prosperidade e decadência, mas em nenhum destes cenários a educação de qualidade foi o foco central das políticas públicas seja à nível federal, estadual ou municipal.

Nosso país pegou uma estrada diferente da trilhada pelos países desenvolvidos como a Finlândia bem como dos atuais emergentes como a Coreia do Sul onde lá a educação de qualidade constitui o eixo central das políticas públicas nacionais de médio e longo prazo com adoção de metas bem definidas e prazos a serem cumpridos. Não estamos aqui reivindicando mais investimento em educação em relação ao PIB e sim sua qualidade e aplicabilidade bem como um retorno mensurável do investimento. Isso porque, sem base escolar forte e abrangente nenhum sistema de ensino superior dará resultado satisfatório (MARINI, 2018).

Ademais, temos um gargalo inegável conhecido como desigualdade regional, fruto de um país desigual e de dimensões continentais, que se divide em regiões economicamente ativas que crescem e se desenvolvem socioeconomicamente e educacionalmente mais que outras (Sudeste e Sul) e regiões que ficaram para trás num patamar muito distante regionalmente tanto em relação às condições oferecidas para os estudantes e para a sociedade bem como se analisarmos os indicadores

considerados ideais (Norte e Nordeste).

Já em relação aos indicadores socioeconômicos e educacionais que serão analisados neste texto, IVS, IDHM, Índice de Gini, Concentração de Renda, IDEB, número de matrículas nas escolas, número de docentes, número de estabelecimentos públicos e privados referentes à Região Norte do país sabemos que estes apresentaram avanços positivos com o passar dos anos, mas ainda estão à “anos luz” do ideal e apresentam um abismo em relação aos indicadores das demais regiões brasileiras.

Além da análise dos indicadores teremos uma breve abordagem acerca da importância da educação como fator do desenvolvimento regional com foco na formação e qualificação do capital humano, melhorias de produtividade, oportunidades, ganhos sociais bem como financeiros que promovam a alavancagem no mercado de trabalho de forma individual e posteriormente coletiva contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico regional e local.

Para tanto, temos como objetivo central discutir a importância da educação como fator para o desenvolvimento regional com foco na Região Norte do Brasil com base nos indicadores socioeconômicos e educacionais tendo como base uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com fontes secundárias de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo.

Uma educação de qualidade contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas e educacionais e constitui fator primordial para alavancar a produtividade do capital humano que por sua vez, proporciona melhoria nas condições de trabalho, renda e oportunidades contribuindo para o desenvolvimento econômico, regional e local.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão de Literatura, Percurso Metodológico, Conclusões e Considerações Finais, e por fim as Referências utilizadas para a sua construção e embasamento do texto.

REVISÃO DE LITERATURA

Indicadores Socioeconômico e Educacionais da Região Norte do Brasil

As Regiões Norte e Nordeste do país apesar de apresentarem avanços nos seus indicadores socioeconômicos e educacionais ainda figuram um tanto distantes da realidade das demais regiões brasileiras bem como dos indicadores considerados ideais que refletem as condições propícias para o crescimento e desenvolvimento econômico regional e local.

Neste tópico, apresentaremos os indicadores de vulnerabilidade social IVS, IDHM, Coeficiente de Gini e o Perfil socioeconômico da Região Norte do Brasil com base em informações do IBGE e posteriormente, teremos os indicadores educacionais, com destaque para: os números do IDEB, número de matrículas nas escolas, número de docentes, número de estabelecimentos públicos e privados referentes à Região Norte. Por fim, teremos uma relevante discussão acerca da Importância da Educação para o Desenvolvimento Regional.

Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil

Para Monteiro (2011), o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que

essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

Ressaltamos que os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens sociais. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais. (MONTEIRO, 2011).

E como mensurar a vulnerabilidade social? Para esta atender a esta perspectiva, o IPEA, construiu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2017.

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III - a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

A Figura 1, ilustra a forma de ler o IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade. Entretanto, a partir de 0,500 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

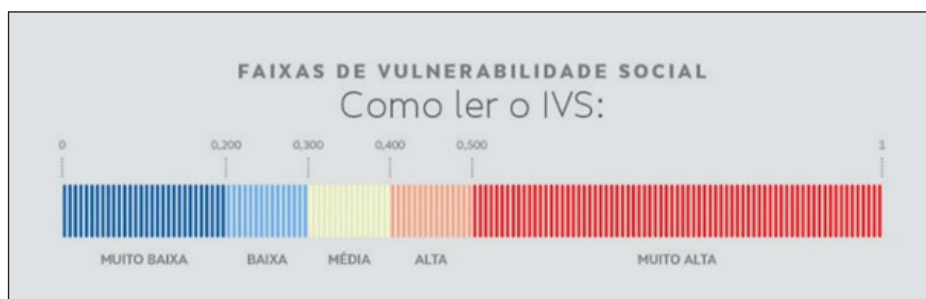


Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA, 2019

No Quadro a seguir, podemos observar o Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IVS	Classificação	Infraestrutura Urbana	Classificação	Capital Humano	Classificação	Renda e Trabalho	Classificação
2000	0.570	Muito Alta	0.594	Muito Alta	0.668	Muito Alta	0.449	Muito Alta
2010	0.438	Alta	0.419	Alta	0.469	Alta	0.424	Alta
2011	0.346	Média	0.302	Média	0.379	Média	0.358	Média
2012	0.317	Média	0.255	Baixa	0.374	Média	0.322	Média
2013	0.325	Média	0.294	Baixa	0.363	Média	0.318	Média
2014	0.296	Baixa	0.243	Baixa	0.339	Média	0.306	Média
2015	0.298	Baixa	0.243	Baixa	0.339	Média	0.306	Média
2016	0.284	Baixa	0.208	Baixa	0.286	Baixa	0.358	Média
2017	0.283	Baixa	0.207	Baixa	0.283	Baixa	0.358	Média

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA, 2021

Levando-se em consideração a escala de vulnerabilidade apresentada na Figura 1 bem como as informações dispostas no Quadro 1 podemos observar que: entre os anos de 2000 a 2010 a vulnerabilidade social da Região Norte do Brasil encontrava-se na escala de MUITO ALTA e ALTA, de 2011 até 2013 a vulnerabilidade iniciou um processo de queda, e na escala encontrava-se em MÉDIA vulnerabilidade. Percebemos ainda que, de 2014 até o último ano disponível, 2017, a vulnerabilidade vem diminuindo e hoje encontra-se na escala de BAIXA vulnerabilidade. As cores também acompanham os indicadores de vulnerabilidade nas dimensões Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Como vimos, ao longo do recorte de tempo tivemos uma melhora significativa nos índices de vulnerabilidade regional, mas estes ainda estão bem distantes do que se considera ideal, principalmente se analisarmos as especificidades das dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho não só na periferia das capitais da região, nas cidades que compõem as regiões metropolitanas e demais cidades do interior da Amazônia.

Afinal de contas, vulnerabilidade quer dizer insegurança social, ambiental, educacional, alimentar, hospitalar entre outras fraquezas. Ou seja, ao se afirmar que uma região apresenta índices de vulnerabilidade elevado, afirma-se que a população que ali habita estão a mercê de diversas mazelas socioeconômicas que podem assolar a região e destruir diversas famílias, empregos, empresas e pessoas.

O avanço apresentado no quadro pode ser festejado sim, mas com cautela, e deve-se buscar mantê-lo em queda, através de políticas públicas que garantam às pessoas segurança necessária contra os diversos problemas socioeconômicos que permeiam o seu cotidiano.

DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD – ONU (2021), o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades

e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.

A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD-ONU, 2021).

Com o intuito de mensurar o Desenvolvimento Humano, a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que tem o objetivo de analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Podemos ressaltar que, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Em relação ao IDH referente aos estados da Região Norte ressaltamos que juntamente com os indicadores da região nordeste do país são os que mais se distanciam do ideal, conforme podemos observar na Figura 2.

Na Figura, podemos observar que o IDH constitui um número que assim como o IVS também varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH).

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

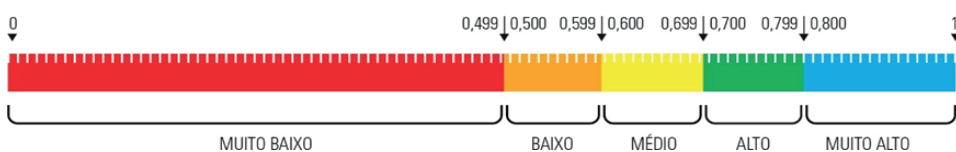


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2014

No Quadro 2, podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IDHM	Classificação	Longevidade	Classificação	Educação	Classificação	Renda	Classificação
2000	0.559	Baixo	0.762	Alto	0.375	Muito Baixo	0.610	Médio
2010	0.671	Médio	0.805	Muito Alto	0.560	Baixo	0.669	Médio
2011	0.690	Médio	0.810	Muito Alto	0.615	Médio	0.659	Médio
2012	0.695	Médio	0.816	Muito Alto	0.617	Médio	0.666	Médio
2013	0.707	Alto	0.822	Muito Alto	0.641	Médio	0.671	Médio
2014	0.715	Alto	0.825	Muito Alto	0.654	Médio	0.678	Médio
2015	0.713	Alto	0.826	Muito Alto	0.661	Médio	0.665	Médio
2016	0.713	Alto	0.799	Alto	0.678	Médio	0.670	Médio
2017	0.719	Alto	0.799	Alto	0.691	Médio	0.673	Médio

Quadro 2- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA, 2021

Como podemos observar no Quadro 2, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, segundo dados do IPEA vem apresentando melhora ao longo dos anos analisados, mas ainda temos muitas melhorias a serem observadas se analisarmos as dimensões: Longevidade, Educação e Renda.

Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de saúde, educação e renda. E, a região ainda encontra-se em cerca de 0,7; ou seja, ainda existem problemas socioeconômicos regionais significativos que dificultam a qualidade de vida das pessoas. Um dos motivos plausíveis, faz link com o quadro anterior que apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social. Pois, se existe vulnerabilidade significativa na região, logo, o IDH não apresentará dados positivos, pois qualidade de vida está intimamente interligada com a segurança socioeconômica regional.

COEFICIENTE DE GINI: INDICADOR DE DESIGUALDADE

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é uma ferramenta para efetuar a medição do grau de concentração de renda em determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (é possível que alguns autores e/ou instituições apresentem de zero a cem), onde zero corresponde a situação ideal de igualdade onde todos possuem a mesma renda, o valor um (ou cem) representa o oposto, o máximo de desigualdade, onde uma pessoa possui toda a renda (IPEA, 2004, p.80).

Em relação a desigualdade, entende-se que em concordância com Barros et al. (2001):

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo (p.28).

A seguir, teremos o Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita referente aos Estados da Região Norte do Brasil por Unidade da Federação.

Região Norte	1991	2000	2010	2018	2019
	0,6186	0,6427	0,6237	0,5510	0,5370

Quadro 3 - Índice de Gini Regional

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico, 2019

Como podemos observar no Quadro 3, o Índice de Gini da Região Norte do Brasil varia entre 0,5 e 0,6 ao longo dos anos analisados (1991, 2000, 2010, 2018 e 2019), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Os Estados que compõem as Regiões Norte do Brasil apresentam o Índice de Gini mais elevado, ou seja, são maiores concentradores de renda e mais desiguais em comparação aos estados que compõem as demais regiões do país, podemos observar uma Figura 3: a Região Sul apresenta o Gini abaixo de 0,4000, a Região Sudeste entre 0,4000 e 0,5000 e das demais regiões acima de 0,5000 com algumas exceções.

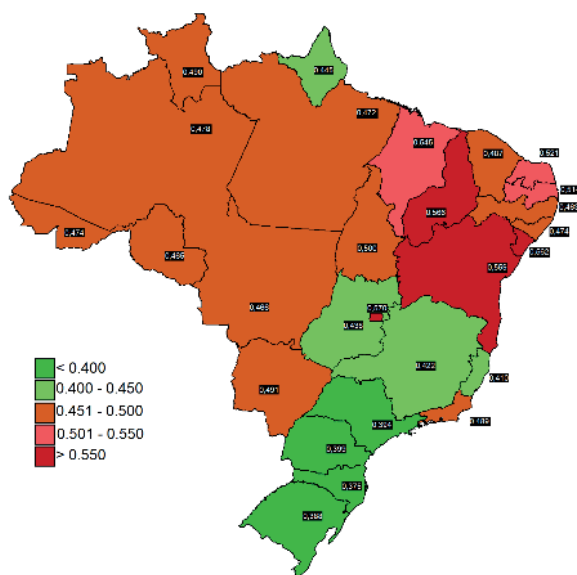


Figura 3 – Índice de Gini das Regiões Brasileiras

Fonte: IBGE, 2019

Ainda segundo o IBGE, a pobreza não afeta exclusivamente todos de maneira semelhante, podendo haver alguns perfis populacionais que tendem a possuir rendimentos diários baixos. Grupos e conjuntos populacionais relacionados à faixa etária, gênero e cor estão propensos a serem mais vulneráveis e estão entre aqueles cujos rendimentos são ínfimos.

No Quadro 4, podemos observar o Rendimento Médio Per Capita dos estados que compõem a Região Norte do Brasil em comparação ao Rendimento Médio Nacional. De uma forma geral, todos os estados da Região Norte, apresentam rendimento médio abaixo do valor nacional, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo que o valor referente ao Estado do Acre o menor em relação aos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor em relação aos 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

	40% mais pobres	10% mais ricos	Diferença
Brasil	376,00	6.629,00	6.253,00
Região Norte	245,00	4.514,00	4.269,00
Acre	200,00	4.422,00	4.222,00
Amapá	291,00	5.292,00	5.001,00
Amazonas	214,00	6.446,00	6.252,00
Pará	225,00	3.681,00	3.456,00
Rondônia	368,00	3.724,00	3.356,00
Roraima	291,00	5.177,00	4.886,00
Tocantins	323,00	4.386,00	4.063,00

Quadro 4 – Rendimento Médio Per Capita Regional

Fonte: IBGE, 2018

No Quadro 4 acima, tem-se a apresentação de um dos principais problemas que assolam o país: a desigualdade de renda. Se buscar-se observar os quadros anteriores, ver-se-á dois problemas: ainda existe vulnerabilidade social na Região Norte do país, e ainda tem-se IDH menor que 0,8; e um dos principais problemas socioeconômicos que causam tal problemática, é o apresentado no quadro acima: uma elevada desigualdade de renda. Enquanto existirem brasileiros vivendo com R\$ 376,00 reais por mês (cerca de 50% do valor da cesta básica em média no país); e outros com R\$ 6.253,00 (cerca de 10 vezes o valor da cesta básica em média no país), ainda teremos problemas a serem solucionados, tais como: falta de saneamento básico, hospitais sucateados, escolas com índices mínimos de qualidade, enfim, teremos IDHM bem distante de 1 e índices de vulnerabilidade social positivos. Por fim, temos os seguintes indicadores socioeconômicos da Região Norte do Brasil:

Estados	07
População	17.231
População %	8,5%
Área	8.515.767,2 m ² - 45,2%
População Urbana	74,60%
Densidade Demográfica	4,43
PIB	5,30%
Baixa Renda e Pobreza	69,20%

Extrema Pobreza	26,5% a 47,8%
Pobreza	11,8%
Déficit Habitacional (2014)	631.586 moradias
Abastecimento de Água Potável	43,4% da população
Tratamento de Esgoto	15% são tratados
Esgotamento Sanitário	3,5% dos domicílios
Coleta de Lixo	31,56% do lixo coletado tem destino correto
Desocupação (na capital)	14,77%
Analfabetismo	10,20%
15 a 29 anos	4,10%
30 a 59 anos	12,40%
60 ou mais	35,90%
Saúde – mortalidade infantil	19,20%
Mortalidade infantil (por 100 mil hab)	32,70%
Violência (por 100 mil hab)	34,12%

Quadro 5 – Indicadores Socioeconômicos e o Perfil da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE, 2019

Em relação ao Quadro 5, o qual apresentamos o perfil socioeconômico da Região Norte do Brasil destacamos que não somente os indicadores relativos à renda ou a pobreza causam preocupação, mas também os indicadores referentes à infraestrutura deveriam ser objetos de políticas públicas regionais: déficit habitacional, abastecimento de água potável, coleta e destino adequado do lixo bem como dos resíduos.

INDICADORES EDUCACIONAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL E O ABISMO REGIONAL

De acordo com Bento et al. (2013, p. 6), a Região Norte é muitas vezes percebida como um grande repositório de riquezas naturais, aguardando sua transformação em commodities valorizadas. Tal como a Amazônia, a região é vista como promessa. Sua importância, para o imaginário a ela relacionado, não raro, reside mais no que ela pode vir a ser e menos no que é na sua propriedade e essência.

Segundo Gondin (2009), isso se deve, em larga medida, ao imaginário construído em torno da região, desde o século XVI e que permanece até os dias atuais. As dimensões superlativas da natureza amazônica assombraram e maravilharam gerações seguidas de exploradores que enalteciam a paisagem natural.

A humanidade da região, no entanto, não conheceu o mesmo entusiasmo. Seus grupos humanos padeceram, desde o início da conquista europeia, das formulações elaboradas em relação aos povos indígenas – objeto de uma intensa controvérsia, por meio da qual se discutia, inclusive, a sua humanidade (BENTO et al. 2013, p. 8).

Ademais, conforme afirma Brito (2012), a Região Norte é herdeira de uma trajetória

histórica que inclusive atribui aos povos da região a responsabilidade pelo atraso em que vivem, bem como dos erros acerca dos planos desastrosos no seu processo de crescimento e desenvolvimento regional.

Na verdade, o que é considerado “atraso” explicita o resultado das políticas de desenvolvimento concebidas ou implementadas nas quatro últimas décadas na Amazônia. Tais políticas são causadoras de exclusão social e expulsão da população rural para as periferias das pequenas e médias cidades, bem como ocupação de bens públicos, gerando ainda conflitos de terra e violência no campo. Os dados educacionais da região refletem essa desigualdade ou abismo educacional (BENTO et al. 2013, p. 11).

Na Região Norte, os índices de desempenho das escolas são os piores do Brasil, segundo o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Quanto a isso, cabe a discussão sobre como articular uma forma de avaliação verdadeiramente “universal” que, ao mesmo tempo em que reúna elementos que sejam comuns às escolas de todo o País, possibilite a inclusão efetiva dos saberes locais, das diferentes regiões. Outras regiões do Brasil padecem da mesma dificuldade, no sentido da necessidade de uma avaliação mais articulada com as localidades e, ainda assim, vêm conseguindo um desempenho melhor no índice (BRITO, 2012, p. 12).

Indicadores	AM	PA	AP	TO	RO	RR	AC	Média Regional
IDEB–anos iniciais do ensino fundamental (rede pública) [2017]	5,3	4,5	4,4	5,4	5,7	5,7	5,7	5,2
IDEB – anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,4	3,6	3,5	4,5	4,8	4,0	4,6	4,2
Matrículas no ensino fundamental [2018] (matrículas)	705.007	1.439.788	136.185	246.183	269.626	96.582	157.646	-
Matrículas no ensino médio [2018] (matrículas)	205.698	359.331	35.427	63.384	59.573	22.191	38.141	-
Docentes no ensino fundamental [2018] (docentes)	32.452	61.394	7.221	13.018	59.573	5.318	6.992	-
Docentes no ensino médio [2018] (docentes)	8.225	15.034	2.396	4.987	3.708	2.152	2.337	-
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018] (escolas)	4.734	9.438	705	1.313	998	650	1.373	-
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018] (escolas)	471	842	141	341	244	162	227	-

Quadro 6 - Indicadores Educacionais da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE, 2018

Nossa intenção em apresentar os dados dispostos no Quadro 5 não é de fazer um comparativo entre regiões e sim de apresentar os indicadores da Região Norte do Brasil

que como já salientamos ao longo deste texto apresentam relativa melhora ao longo dos anos analisados.

O que podemos observar são os dados que temos disponíveis e que foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do primeiro trimestre de 2019 os quais revelam que o Brasil tem 35% de pessoas em idade de trabalhar que não concluíram o ensino fundamental – que constitui a etapa da educação básica e que contempla a população de 6 a 14 anos de idade.

Analisando as regiões, o Norte e o Nordeste apresentam o menor índice de escolaridade, ou seja, mais pessoas não concluíram esta etapa de ensino nestas regiões do país. No Norte, 44,1% das pessoas com mais de 14 anos não concluíram o ensino fundamental. No Nordeste, o índice é menor, com taxa de 38,7%. A região que concentra o maior índice de acesso aos estudos é a região Sudeste (IBGE, 2019).

Em relação aos números referentes ao curso superior, como podemos observar na Figura 2, cerca de 57% (4.817.096) dos matriculados no ensino superior são formados pelo sexo feminino. Considerando os estudantes matriculados em cursos presenciais, 6.394.244 alunos, 58,6% estudam no período noturno (3.746.910). Ou seja, apenas 2.647.334 (41,40%) cursam durante o dia. Quando olhamos a quantidade de universitários por região do país, constatamos: dos 8 milhões de alunos, 691.639 são da região Norte, 1.799.609 do Nordeste, 3.755.153 do Sudeste, 1.428.909 no Sul e mais 774.211 alunos no Centro-Oeste (Censo, 2018).

Ainda de acordo com o Censo (2018), ingressam 3.445.935 alunos em todo Brasil, sendo 281.861 (8,2% do total) no Norte; 664.549 no Nordeste (19,3%); 1.574.622 no Sudeste (45,7%); 592.609 no Sul (17,2%); e 331.134 no Centro-Oeste (9,6%).

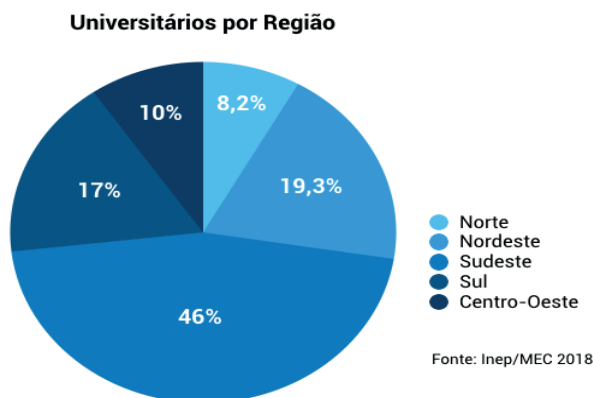


Figura 4: Universitários por Região

Ainda em relação à Figura 4, observamos que a Região Norte do país é a que tem menor representatividade em relação ao número de universitários por região apesar da oferta de cursos superiores e de instituições públicas e privadas.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Sousa e Freiesleben (2018) apud IPEA (2010), Desenvolvimento Regional é o fornecimento de ajuda e assistência a outras regiões que são menos desenvolvidas economicamente, realçando o resultado das políticas de desenvolvimento global, considerando em seus objetivos um equilíbrio racional da utilização e dinamização de um território, podendo ser de natureza nacional ou internacional, geralmente desenvolvido pelo aparelho estatal.

Em suma, o conceito de desenvolvimento regional parte da ideia do desenvolvimento de uma região particular e as principais teorias que dissertam sobre isto têm uma linha de pensamento onde reações em cadeia que influenciam as atividades econômicas de uma região advêm de uma força motriz, exógena – a industrialização, como afirmam Oliveira e Lima (2003).

De acordo com Silva, Lucas e Costa (2019) apud Fochezatto (2010), com o passar dos anos, as teorias do desenvolvimento regional foram se modificando devido às variações da economia, e com isso houve uma divisão em períodos, formando assim três grupos com teorias diferentes entre si. São elas:

Grupos	Temas Característicos	Autores e Contribuições
Primeiro Grupo	Distância e Área Custos de transporte	<ul style="list-style-type: none">• Von Thünen: O Estado Isolado• Weber: Teoria da Localização de Indústrias• Christaller: Os Lugares Centrais• Lösch: A Ordem Espacial da Economia• Isard: Localização e Economia Espacial
Segundo Grupo	Interligações Setoriais Economias de Aglomeração	<ul style="list-style-type: none">• Perroux: Polos de Crescimento• Myrdal: Causação Circular Cumulativa• Hirschman: Efeitos para frente e para trás• North: Teoria da Base Exportadora
Terceiro Grupo	Externalidades Dinâmicas Tecnologia e Inovação de Competitividade	<ul style="list-style-type: none">• Piore e Sabel: Distritos Industriais• Storper e Scott: Organização Industrial• Krugman: Retornos Crescentes• Porter: Diamante de Porter.

Quadro 7: Evolução das Teorias de Desenvolvimento Regional

Fonte: Silva, Lucas e Costa, 2019 adaptado de Fochezatto, 2010

Entre as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional, temos: a teoria da localização, que, baseada nos baixos custos com transportes, impulsiona o crescimento econômico; e a teoria dos lugares centrais fundamentada nos fatores de aglomeração, que se justifica por meio da indústria como impulsionadora de polos de crescimento heterogêneos no espaço geográfico, onde o crescimento possui intensidades variáveis diversificando os canais e efeitos finais sobre a economia (CAVALCANTE, 2007, CIMA; AMORIM, 2007). E são justamente estas teorias do desenvolvimento regional que viabilizam o suporte às

políticas econômicas que impulsionam a sociedade regional (SOUSA e FREIESLEBEN, 2018).

A educação tem um papel crucial na aplicação e implementação das ações ligadas às políticas, programas ou projetos desenvolvimentistas e uma educação de qualidade se bem direcionada contribuiu direta e indiretamente para fomentar o processo de desenvolvimento regional e local.

Conforme Marina (2017), a educação é um tema de profunda complexidade e muitas autoridades políticas destacam-na como prioridade, embora, nem sempre isso se confirme no exercício prático apesar de a educação constituir o pilar principal para o Desenvolvimento Regional.

Segundo Papadopoulos (2005), a educação é considerada a chave da prosperidade econômica futura, instrumento privilegiado da luta contra do desemprego, motor do progresso científico e tecnológico, como a condição *sine qua non* da vitalidade cultural das sociedades cada vez mais orientadas para o lazer, como ponta de lança do progresso social e da igualdade, como a garantia de preservação dos valores democráticos, ou como o passaporte para o êxito individual.

Para Lyrio, Barros e Menezes (2019, p. 20), faz-se necessário que a educação esteja no centro do debate econômico e político em inúmeros países, ainda que, muitas vezes, ela seja considerada como instrumento para outras políticas e não como domínio autônomo da ação governamental.

Ainda para os autores (2019), o papel do Estado em relação à Educação no Brasil é apresentado, principalmente, nos textos legais de forma clara, com a expressão do desejo de uma educação universal, gratuita e obrigatória. Mas o próprio Estado reconhece não ser uma situação possível e desejável, essencialmente, por conta da extensão territorial, porque, nas regiões do país onde predomina a população de baixo nível de renda, os sistemas educacionais são insuficientes.

Para Saviani (2010), a educação como eixo primordial do desenvolvimento econômico. Contudo, o autor denuncia o atraso da educação brasileira, principalmente, após a análise do legado educacional do século XX e do Sistema Nacional de Educação (SNE), em que afirma que “o Brasil não fez isso e foi acumulando um enorme déficit histórico, a tal ponto que ainda propõe como meta, em pleno século XXI, algo que os principais países resolveram no final do século XIX e início do século XX”.

Coloca, assim, em relevo, o SNE, assegurando a toda a população uma educação com o mesmo padrão de qualidade: Entende-se o SNE como um grande guarda-chuva para dar cobertura aos 26 sistemas estaduais, do Distrito Federal e, no limite, aos 5.570 sistemas municipais que, além do mais, teriam a prerrogativa de aderir ou não a posteriori ao Sistema Nacional de Educação, em nome da suposta autonomia que lhes teria sido concedido pela Constituição (SAVIANI, 2010).

O Economista Solow no seu artigo intitulado: “A contribuição para teoria do crescimento econômico”, no qual introduziu um modelo inovador intitulado “Solow-Swan model”. Seguindo essa linha de raciocínio, a teoria do economista acaba tornando a educação um dos principais pilares da economia. Isso porque indivíduos com acesso à educação proporcionam as melhores ideias, promovendo inovação tecnológica.

Assim sendo, de acordo com o modelo de Solow, o incentivo a criatividade humana torna-se o instrumento mais influente na economia e confrontando tais ideias com a realidade brasileira é possível entender por que é tão difícil alcançarmos crescimento econômico sustentável no longo prazo. A falta de investimentos na educação, aliada a péssima gestão no setor, cria pouquíssimos incentivos para a promoção de indivíduos intelectualmente notáveis (SOLOW, 1956).

Educação impulsiona o capital humano que alavanca as condições e melhorias no mercado de trabalho elevando os ganhos econômicos. Dessa forma, a educação constitui a mola propulsora para o crescimento econômico e a longo prazo para o desenvolvimento econômico e regional (SCHULTZ, 1973, p.58).

Ainda para o autor (1973, p. 78), o capital humano é fruto de todos os investimentos em educação, treinamento, saúde, e outros fatores que aumentam a produtividade individual. Assim, a educação embora seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas quando obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras e que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo.

Por fim, ao serem questionados acerca da educação e sua influência no desenvolvimento regional os autores Sousa e Freiesleben (2018, p.13), afirmam que: a educação influencia este desenvolvimento, haja vista que nossa sociedade é repleta de especificidades e possui vários interesses particulares, mas que são administrados por meio de interesses públicos e justamente por isso têm na educação a multiplicadora do empoderamento e eficácia produtiva do ser humano e fomenta o crescimento da atividade econômica.

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo estabelecido, que é discutir a importância da educação como fator para o desenvolvimento regional com foco na Região Norte do Brasil. Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias, de publicações impressas ou disponíveis na Internet.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que, a partir dessa base teórica, optou-se por apoiar-se também na pesquisa do tipo descritiva, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos: Indicadores Socioeconômico e Educacionais da Região Norte do Brasil, Vulnerabilidade Social da Região, Desenvolvimento Humano da Região Norte do Brasil, Coeficiente de Gini: Indicador de Desigualdade, Indicadores Educacionais da Região Norte e o Abismo Regional e a Importância da Educação para o Desenvolvimento Regional. A pesquisa descritiva, de acordo com Mattar (1993), serve para descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Essa assertiva é endossada por Vergara (1997), quando assinala que a pesquisa descritiva estuda as características de um fenômeno ou população específica.

De maneira complementar, é possível classificar a presente pesquisa também como exploratória, dada a importância da discussão acerca da educação como fator

do desenvolvimento regional tendo como foco a Região Norte do país que nos últimos anos vem avançando nos indicadores socioeconômicos e educacionais, mas que ainda está longe da realidade das regiões economicamente mais desenvolvida, bem como dos indicadores ideais. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos utilizados na construção do artigo.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo de discutir a importância da educação como fator para o desenvolvimento regional analisamos os indicadores socioeconômicos e educacionais da Região Norte do Brasil e constatamos que estes apresentaram ao longo dos anos uma animadora evolução, mas que ainda temos muito a avançar no que tange a contribuição para fomentar o desenvolvimento regional.

Ademais, devemos observar a necessidade de buscar políticas educacionais regionais de forma a atender às especificidades de cada macrorregião brasileira visto o atraso regional bem como as dimensões continentais do país.

Vimos ao longo do texto que o conceito de desenvolvimento é amplo e deste surgem os vieses de desenvolvimento regional bem como de desenvolvimento local. Em tese, o desenvolvimento é o resultado de uma combinação de políticas de planejamento em projetos e programas sociais conduzidas pelo Estado e o crescimento geral da economia que a iniciativa privada pode proporcionar.

Nos mais diferentes períodos do seu capitalismo tardio, o Brasil conseguiu alcançar crescimento econômico, mas limitado a poucos setores e sujeito a crises econômicas conjunturais e de endividamento, afastando-se de um modelo de desenvolvimento econômico, regional ou local que fosse o mais adequado, atendesse aos interesses socioeconômicos e ambientais da sociedade ou mesmo que apresentasse longevidade.

Um modelo de educação de qualidade exige como prioridade o direcionamento e ações concretas em vários eixos: formação de professores, políticas transversais para a primeira infância, ajustes relevantes nos ensinamentos fundamental e médio, superior e tecnológico, o acompanhamento dos indicadores educacionais bem como da gestão de recursos para a educação.

Já sabemos que é impossível alcançar a prosperidade e a redução das desigualdades socioeconômicas e educacionais regionais sem o investimento correto em educação de qualidade e esta deve ser o eixo central para o crescimento e desenvolvimento sustentável à nível de país e não de governo. Sabemos também que tais ações são passíveis de ajustes e de tempo visto que a educação constitui investimento de médio e longo prazo e que este deve ser contínuo e ininterrupto.

Além disso, investimento em educação corresponde à alavancagem na produtividade que por sua vez constitui o motor do crescimento e da capacidade produtiva valorizando o capital humano e possibilitando a este, elevação nos seus ganhos financeiros e nas suas oportunidades empregatícias. Quanto mais bem qualificado o capital humano maior potencial de crescimento da economia e geração de emprego e renda.

A educação de qualidade não impacta apenas nas questões econômicas quando se avalia uma nação ou uma região. Uma educação de qualidade possibilita melhores escolhas e uma redução no custo na saúde pública bem como contribui para reduzir os níveis de segurança e de criminalidade. Ou seja, uma educação de qualidade possibilita uma economia mais eficiente.

Já uma educação de baixa qualidade, também traz consequências, mas são extremamente negativas, uma vez que reforça os indicadores socioeconômicos de desigualdade e vulnerabilidade, habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. Não teremos nem crescimento muito menos desenvolvimento. Uma vez que desenvolvimento é uma questão cultural e nos países em que a educação não é prioridade as pessoas a todo momento tentam levar vantagem, são facilmente corrompidas entre outras atitudes questionáveis, que ocorridas coletivamente comprometem o crescimento político-econômico-administrativo do país.

Reforçamos com este estudo, a afirmativa de que a educação empodera o indivíduo, possibilita o progresso tecnológico, uma produção mais eficaz, aperfeiçoa e qualifica cientificamente a mão de obra preparando-a para atuar no mercado de trabalho e suprir a exigência do mercado de trabalho além de impulsionar o desenvolvimento regional e local.

Por fim, como vimos ao longo do texto, temos o dever de buscar uma educação de qualidade para a Região Norte do país e melhorar o quantitativo de estudantes com acesso ao curso superior para termos um resultado mais promissor das políticas de desenvolvimento regional e local bem como dos indicadores de vulnerabilidade socioeconômicos e educacionais.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BARROS, R. HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BENTO, M; COELHO, W; COELHO, M; FERNANDES, D. A educação na Região Norte: apontamentos iniciais. *Amazôn., Rev. Antropol. (Online)* 5 (1): 140-175, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267985873.pdf>. Acesso em: 05 abr 2021.

BRITO, L. P. SEDUC-PA. Seminário: Desafios da Educação na Amazônia (dados do INEP). São Paulo: Canal Futura. 2012.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.

CIMA, E. G; AMORIM, L. S. B. Desenvolvimento Regional e Organização do Espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. *Revista da FAE, Curitiba*, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. Porto Alegre. 2010. v.1.

GONDIN, N. A. Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

IBGE. Aspectos Demográficos da Região Norte. 2019. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 jan. 2021.

IBGE. Censo Demográfico. 2019. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.

IBGE. Indicadores Educacionais da Região Norte do Brasil. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/educação>. Acesso em: 24 abr. 2021.

IBGE. Norte e Nordeste são as Regiões com o Menor Número de Concluintes do Ensino Fundamental. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/norte-e-nordeste-sao-as-regioes-com-o-menor-numero-de-concluintes-do>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBGE. Rendimento Médio Per Capita Regional. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 jan. 2021.

INEP. Ministério da Educação. Norte e nordeste são as regiões com o menor número de concluintes do ensino fundamental. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/norte-e-nordeste-sao-as-regioes-com-o-menor-numero-de-concluintes-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 24 abr. 2021.

IPEA. Atlas da Vulnerabilidade Social. 2019. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

IPEA. Coeficiente de Gini: Indicador de Desigualdade. 2004. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 jan. de 2020.

IPEA. Índice da Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil. 2021. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

LYRIO, L.; BARROS, M; MENEZES, A. Educação, um Fator Decisivo para o Desenvolvimento: O Modelo do Município de Sobral/CE. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>. Acesso em: 25 ago 2020.

MARINA, J. A. El bosque pedagógico y cómo salir de él: con la colaboración de Mariola Lorente Arroyo y María Teresa Rodríguez de Castro. Derechos exclusivos de edición en español. Editora Planeta, 2017. Disponível em: https://pladlivrosbr0.cdnstatics.com/libros_contenido_extra/37/36584_El_bosque_pedagogico.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

MARINI, E. Quatro países com educação de ponta que servem de inspiração e alerta. Revista Educação, olhar pedagógico, ed. 254, 2018. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/11/27/paises-educacao-excelencia/>. Acesso em: 07 abr 2021.

MATTAR, F. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MONTEIRO, S.R. da R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Sociedade em Debate, Pelotas-RS. v.17, n.2, p. 29-40, jul-dez, 2011.

OLIVEIRA, G; LIMA, E. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista FAE. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/ dez, 2003.

PAPADOPOULOS, G. Aprender para o Século XXI. In: DELORS, Jacques (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PNUD. O Que é Índice de Desenvolvimento? 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 20 abr. 2021

SAVIANI, D. Organização da Educação Nacional: Sistema e Consenso Nacional de Educação. Educação e Sociedade, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010.

SCHUTZ, T. W. (1973). O Capital Humano: Investimento em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

SILVA, M; LUCAS, M e COSTA, M. Teorias do Desenvolvimento Regional: Análise do Modelo Zona Franca de Manaus. In: Michele Lins Aracaty e Silva (Org). A Amazônia: aspectos singulares para o desenvolvimento regional. 1 ed. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. 1956. The quarterly journal of economics, 70(1), 65-94.

SOUSA, F; *FREIESLEBEN*, M. A Educação como Fator de Desenvolvimento Regional. Revista da FAE. Curitiba, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VERGARA, S. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

O LEGADO DOS



DO CONSELHO REGIONAL DE
ECONOMIA DO AMAZONAS
(CORECON-AM)

e sua perspectiva para o futuro

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

O LEGADO DOS



DO CONSELHO REGIONAL DE
ECONOMIA DO AMAZONAS
(CORECON-AM)

e sua perspectiva para o futuro

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 